



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO.) –Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conjunta com a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 259, do TCU, Plenário, datado de 2 de março corrente, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler*, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão, proferida nos autos do Processo nº 024.516/2007-0, que trata de indícios de irregularidades na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Tocantins (INCRA – Tocantins) e diversas entidades localizadas naquele Estado, objetivando a prestação de assistência técnica para assentados no Programa de Reforma Agrária.

O expediente será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e atuação. Após, será enviado ao Relator designado por esta Presidência.

Informo à Comissão o encaminhamento do Ofício nº 17/2011 (CRA), destinado ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o qual comunica o término do prazo da Subcomissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 07, de 2010 (CRA), que trata da irrigação na Região Centro-Oeste.

A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 07, de 2011 (CRA), aprovado em 23/02/2011, de autoria do Relator Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, e do Requerimento nº 03, de 2011 (CMA), aprovado em 01/03/2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros Senadores, com o objetivo de, em virtude da



comemoração do Dia Mundial da Água, dia 22 de março corrente, debater o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional, com a participação dos seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa: Sr. Vicente Andreu Guillo*, Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), a Sr.^a Ana Paula Caldeira Souto Maior*, membro do Programa Política e Direito Socioambiental, representante do Instituto Socioambiental, Sr. Haroldo Lúcio do Amaral*, assessor do Gabinete do Ministério do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Também convido o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que divide conosco esta audiência pública, a fazer parte da Mesa.

Conforme prevê o art.104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, em consonância com o art. 90, incisos II e III, deste mesmo Regimento, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa realizar audiências públicas com entidades da sociedade da sociedade civil e convocar Ministros de Estados ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

Para bem cumprir nossa obrigação, neste início de mais uma legislatura no Senado Federal, convidamos vários ministros e titulares de órgãos governamentais de áreas relacionadas à agricultura para apresentarem nesta comissão um sumário de suas atividades e de suas principais demandas, para assim termos um panorama geral das ações e políticas governamentais voltadas para essa atividade primária que permeia praticamente toda a vida social e econômica do país e que representa um terço do PIB da economia nacional.

Desse modo, esta será a primeira audiência pública de uma série que agendamos para este semestre. E ela se reveste de uma importância singular e de um simbolismo histórico, em primeiro lugar porque vai tratar da



água, um elemento essencial para a manutenção da vida e a promoção do desenvolvimento humano. Esta audiência marca, portanto, a passagem do Dia Mundial da Água, que será comemorado oficialmente no próximo dia 22 de março com o tema “Água para as cidades – respondendo ao desafio urbano”.

Esta audiência também se reveste de grande importância pelo contexto ambiental, social e político em que esta discussão se insere, e por ser realizada de forma conjunta por duas comissões permanentes do Senado Federal: a de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, uma sugestão da Senadora Marisa Serrano, que prontamente acatamos, assim como fez o Senador Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Temos aqui os nossos convidados especiais, o presidente da Agência Nacional de Águas, a ANA, Vicente Andreu Guillo, a diretora do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental, Ana Paula Caldeira Souto Maior .

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, gostaria apenas de fazer algumas considerações a respeito da importância de discutirmos o uso e a gestão da água.

As águas de março sempre nos trazem lembranças ou notícias marcantes. E hoje estamos aqui ainda abalados com as notícias de terremotos e tsunamis no Japão e de tragédias provocadas pelas águas na região serrana do Rio de Janeiro, e também no Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. Enfim, o ano de 2011 começou marcado pelas águas e creio que esta audiência poderá apontar alguns caminhos para nos prepararmos melhor para conviver com esses fenômenos naturais e a força das águas.

Durante muito tempo, o nosso paradigma foi o de enfrentar a natureza. O homem, para implantar a sua civilização, tentou de todas as formas dominar a natureza, criando as cidades e toda a infraestrutura necessária para



termos mais conforto e qualidade de vida. Friso que é necessário aprendermos a conviver com a natureza.

De certo modo, tivemos um grande êxito nesse enfrentamento e hoje somos mais de sete bilhões de seres humanos sobre o planeta Terra, consumindo água, recursos naturais e alimentos todos os dias, apesar das diferenças nos padrões de consumo, notadamente visíveis entre os cidadãos dos chamados países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e dos países subdesenvolvidos.

Enquanto o cidadão norte-americano ou europeu consome, em média, quatrocentos litros de água por dia, o consumo de água *per capita* no Brasil é de 140 litros por dia, ou seja, o brasileiro consome 75% menos água do que o norte-americano ou o europeu. Na região Norte do Brasil, em plena Amazônia Legal, região que reúne 80% da disponibilidade hídrica do país, a média de consumo de água *per capita* é de 125 litros por dia.

Esses dados refletem em boa medida os padrões de consumo e desenvolvimento no mundo atual, revelam as disparidades entre disponibilidade e demanda de água e recursos naturais e nos fazem pensar nas diferentes estratégias de gerenciamento do solo e de recursos hídricos, que hoje, mais do que nunca, precisam estar dentro de uma visão sistêmica e serem executadas de forma integrada.

Neste sentido, quero lançar aqui uma reflexão sobre o tema proposto pela ONU para o Dia Mundial da Água deste ano: “ÁGUA PARA AS CIDADES – *respondendo ao desafio urbano*”. De fato, o crescimento urbano, resultado da modernidade e de um modelo de desenvolvimento predominante no mundo, tem gerado um grande impacto sobre os corpos de água muito maior, Sr^{as} e Srs. Senadores, colegas da ANA e do Instituto Socioambiental, do que o impacto atribuído aos agricultores no meio rural.



Então, as respostas para o desafio urbano em relação à água serão encontradas possivelmente na adoção de um modelo de gestão de recursos hídricos integrado, tendo a bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento, levando em conta os ambientes rurais e urbanos e toda a atividade econômica neles desenvolvida com a devida aplicação dos instrumentos de gestão consagrados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 1997, também conhecida como Lei das Águas. Sem esquecer, evidentemente, da relação com outras políticas que regulam o uso do solo, das florestas e da própria água, como a Política do Saneamento, os zoneamentos ecológicos e econômicos e também dos ajustes necessários do Código Florestal.

E para que essa gestão seja realmente integrada, cada setor usuário de nossas águas superficiais e subterrâneas precisa fazer a sua parte, ter seu uso regulamentado. No que diz respeito à agricultura, muito embora sejamos o principal usuário da água bruta entre as atividades econômicas do País, ainda nos falta uma política de irrigação para a atividade agrícola. Essa política, inclusive, foi aprovada pelo Senado em 2005, tramitando desde então na Câmara dos Deputados. Precisamos resgatar esse projeto, agilizar a sua tramitação e promover o alinhamento necessário com as políticas da agricultura, bem como elaborar um mapa estratégico da agricultura irrigada.

Água temos com abundância, o que está faltando para que tenhamos água suficiente e com qualidade para todos os usos é gestão. E queremos saber da ANA como está a implantação dessa política no País e quais são os entraves para a sua efetividade. Precisamos também ampliar discussões em torno do novo Código Florestal. A agricultura brasileira precisa de uma legislação que tire da ilegalidade, atenda as suas necessidades reais e estimule sem crescimento de forma sustentável.



Seguramente, apesar de algumas previsões alarmantes, não teremos falta de água em quantidade no Planeta Terra, pois esta se renova no eterno ciclo das águas. Mas, se não cuidarmos bem da água, teremos, com certeza, falta de qualidade na água disponível ao nosso redor e poderemos até colocar em risco a manutenção da vida do Planeta Terra. Reforço, portanto, que o problema é de gestão. Todos precisamos usar água em suas atividades produtivas e para que todos possam usar sem prejuízo ao vizinho é necessário uma gestão integrada e compartilhada, levando em conta os usos múltiplos.

Por isso, mais uma vez, destaco que em vez de enfrentar, precisamos conviver melhor com a natureza e compartilhar a gestão dos seus recursos.

Espero que esta audiência conjunta marque um novo rumo ao diálogo entre as duas Comissões do Senado Federal e, principalmente, o diálogo entre as duas correntes de pensamento que ainda insistem em ser antagônicas, quando deveriam convergir para a construção de consensos.

Falo da divisão, da disputa ou do enfrentamento entre ruralistas e ambientalistas, que, em parte, é reflexo da visão reducionista de relacionar a natureza e a sociedade sempre em confronto e do paradigma, já ultrapassado, do homem enfrentar a natureza.

Do ponto de vista biológico, essa disputa existe de fato e a convivência nem sempre é harmoniosa, mas tal como ocorre no ambiente natural, no ambiente social, na guerra das ideias ou nas disputas econômicas, também são necessárias estratégias de paz para a sobrevivência.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem cumprimento também pela iniciativa conjunta desta



audiência pública. Quero cumprimentar o Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Guillo; a Dr^a Ana Paula Souto Maior, representando o Instituto Socioambiental; a Senadora Marisa Serrano, que junto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, autores desse requerimento no âmbito da Comissão de Meio Ambiente; a Senadora Lúcia Vânia; o Senador Ciro; o Senador Blairo Maggi; o Senador Pedro Taques.

Sr. Presidente, esta audiência pública é carregada de simbolismo. Primeiro, em busca dessa interação, cada vez maior, entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura desta Casa. Nós temos muitos paradigmas a modificar neste País e um deles é o de que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária seria incompatível com a preservação do meio ambiente.

Nós temos uma grande oportunidade agora com a possível aprovação na Câmara do Código Florestal, de ter uma parceria permanente, um debate permanente entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura para buscar o equilíbrio na aprovação do Código Florestal, que permita com que o Brasil continue a ser um grande produtor de alimentos, de agroenergia, mas possa fazer isso com sustentabilidade ambiental e garantindo às futuras gerações uma qualidade de vida melhor do que a que nós dispomos hoje.

E acredito que essa discussão do Código Florestal já pode trazer alguns benefícios paralelos como a percepção da necessidade de um zoneamento agrícola e ambiental do nosso País, da necessidade de voltarmos a fazer mapa de solos neste País, de termos uma lei eficiente para o pagamento de serviços ambientais.

Mas eu diria que este é o século das oportunidades para o Brasil. Poucos países têm as oportunidades que o Brasil tem pela sua riqueza de recursos naturais, pela sua abundância, tanto de água e biodiversidade quanto



sua riqueza de recursos humanos. Temos a maior empresa de pesquisa em agricultura tropical do mundo. Portanto, nós precisamos aproveitar essas oportunidades. E, entre elas, está uma boa gestão, uma boa utilização dos nossos recursos hídricos. Nós tivemos um avanço com a aprovação da Lei nº 9.433, que regulamenta a utilização dos recursos hídricos em nosso País, implementa o conceito de comitês de bacias hidrográficas e o conceito de gestão por bacias hidrográficas, e isso é um grande avanço. E precisamos efetivamente implementar e apoiar os comitês de bacias hidrográficas em todo País, dar-lhes poder, para que possamos utilizar as águas em todas as suas funcionalidades, desde o abastecimento, agricultura, energia, transporte, turismo. Enfim, temos imensas potencialidades que precisamos explorar neste momento, de forma sustentável, para que o Brasil possa garantir qualidade de vida ao conjunto da população brasileira.

Portanto, fico muito feliz de mais uma vez estar aqui.

Parabenizo a Senadora Marisa Serrano e os autores desse requerimento e desejo que tenhamos um debate bastante proveitoso nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Cumprimento os Senadores presentes e passo a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e Senhores, bom-dia!

Quero agradecer e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com também a Senadora Marisa Serrano, da Subcomissão de Recursos Hídricos e da Comissão de Meio Ambiente, pelo convite feito à Agência Nacional de Águas.



Eu gostaria também de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e a Ana Paula, minha colega à mesa, representante do Instituto do Semi-Árido (Insa), com quem pretendemos contribuir com algumas informações que possam ser importantes.

Eu queria dizer, inicialmente, que todos nós reconhecemos que, sem dúvida nenhuma, a agenda ambiental e, particularmente, a agenda da água ocupam, cada vez mais, um espaço importante no debate das políticas, em termos globais, muito embora seja necessário reconhecer que, muitas vezes, abaixo daquilo que gostaríamos. A agenda da água, ainda - pelo menos no nosso País, e acredito que também em dimensões mais amplas - não ocupa, do ponto de vista dos tomadores de decisão, a mesma importância que outras agendas, como, por exemplo, a questão da economia, a questão da infraestrutura, e tem com elas uma relação muito próxima.

Então, eventos como este, sem dúvida nenhuma, contribuem, sobremaneira, para que essa agenda possa, cada vez mais, ocupar o espaço de destaque que ela merece.

Queria, inicialmente, dizer também que a Agência Nacional de Águas fica muito honrada pelo convite e fica à disposição das comissões e dos diversos mandatos dos Senadores para prestar as informações que forem necessárias, inclusive nos instigando a desenvolver estudos e projetos que possam ajudar também a sociedade brasileira.

Eu queria dizer que eu tinha pensado numa abordagem para esta exposição, mas acabei ficando instigado pelos temas aqui propostos pelo Senador Rollemberg e pelo Senador Acir. Tentarei abordar alguns deles, porque, mais do que fazer uma exposição sobre o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, acho que um espaço como este nos permite um debate bem mais qualificado das questões da cidade, do código florestal, das questões



relativas à compatibilidade entre a produção e da utilização dos diversos recursos naturais, entre eles as águas que, sem dúvida nenhuma, é muito relevante.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos é muito recente. A Constituição nacional de 1988 definiu a água como bem público, definiu a “dominialidade” da água para os Estados e para a União, acabando com a figura da dominialidade da água para os Municípios e a dominialidade privada. Não existem águas privadas no Brasil.

A Constituição de 1988 também sinalizou a necessidade da constituição de um sistema. Foram dois sistemas criados na Constituição de 1988: o sistema de saúde e o sistema de recursos hídricos, ou seja, já havia um reconhecimento, na época, da necessidade da constituição de um sistema com esse foco, e a Lei nº 9.433, de 1997, dá os contornos que, hoje, temos em relação à gestão de águas no Brasil.

A Agência Nacional de Águas foi fundada, criada em 2000. Portanto, com onze anos de vida, é uma agência relativamente nova.

Seria muita arrogância dizer “a partir”, porque alguns Estados tomaram iniciativas bem antes da promulgação da lei - eu gostaria de dar destaque, aqui, em especial, ao Estado de São Paulo e ao Estado do Ceará, que tomaram iniciativas, inclusive, muito antes da promulgação da Lei nº 9.433, em 97. Mas, sem dúvida nenhuma, a partir da Lei 9.433, de 97, houve um grande avanço, um grande estímulo para que os diversos Estados também buscassem constituir, em seu âmbito, seus sistemas, seus órgãos gestores e reguladores de água.

Então, hoje, no País, todos os Estados têm planos de recursos hídricos - isso cresceu significativamente a partir de 97 - como também fundos de recursos hídricos constituídos.



Deixo essa mensagem porque pretendo, ao final, voltar a falar sobre a o financiamento.

A evolução também foi muito importante. Há um reconhecimento internacional pela modernidade da legislação adotada no Brasil. Ela possibilitou avanços significativos no aspecto da gestão da água, tendo como centro a gestão descentralizada e participativa, com foco principalmente nos comitês de bacias hidrográficas – sobre o que vou tentar falar rapidamente -, o que tem possibilitado o diálogo positivo do Brasil com outros países quando do trato de questões internacionais, como a de rios fronteirizos e transfronteirizos, buscando um novo patamar na gestão dessas águas, porque, sem dúvida nenhuma, existe aí um grande potencial de conflito de diversos interesses das nações quanto à utilização dessas águas.

Houve uma evolução muito importante no sistema de águas no Brasil; mas eu queria mencionar que a lei, pelo seu caráter de não consolidar práticas e posições já existentes no País, mas sim buscar induzir e modelar um sistema, enfrenta algumas dificuldades: é nacional, e o Brasil apresenta grande complexidade e diversidades regionais. Então, é uma lei que se ajusta muito bem em algumas regiões brasileiras, como a Região Sul e do Centro-Oeste, em particular a organização da sociedade através dos comitês de bacia hidrográfica, mas tem muita dificuldade de ser implantado em outras regiões, como, por exemplo, na Região do Semi-Árido, na Região Nordeste, onde os rios, em grande parte, são rios intermitentes e há dificuldade em se constituir, em se pensar em comitês de bacias hidrográficas com essa natureza. O mesmo ocorre em relação à Região Norte do País, onde estão 70% dos nossos recursos, a densidade demográfica é baixíssima e há uma grande dificuldade de se falar em organização da sociedade. Quanto a um instrumento de cobrança pelo uso da água, muito embora a instituição da lei seja uma medida de âmbito nacional, devemos ter a clareza de que ela será instituída por partes, no tempo, porque é



muito diferente falar em cobrança, como eu mencionei, na Região Sudeste e Sul do País, pelo seu desenvolvimento, pela densidade demográfica, e na Região Norte, onde há dificuldade de cobrança do uso da água, no mesmo nível, no mesmo tempo. A Lei de águas apresenta, inclusive, algumas contradições – o que é importante mencionar -, porque além de sinalizar a água como um bem público e prever a cobrança pelo seu uso, também sinaliza a sua escassez; portanto, quanto mais escassa, mais cara deveria ser, e tem um sinal de indicativo de uso racional.

O indicativo de uso racional, sem dúvida nenhuma, é bastante correto. Mas queria chamar a atenção para o fato de que o sinal da escassez previsto na legislação - por isso mencionei a necessidade de algum aperfeiçoamento, talvez no curso do mandato dos senhores, porque a região que mais escassez tem de água no Brasil é por natureza também a região mais pobre -, e cobrar mais da região mais pobre, apresenta alguma contradição com o seu objetivo que é realmente que é realmente efetivar a gestão de águas.

Então, devo mencionar que é uma lei muito positiva, sinaliza grandes avanços para a sociedade brasileira, mas necessita desse ajuste em relação à aplicação de alguns dos seus princípios e também levar em conta a complexidade regional brasileira.

Quanto à cobrança que eu mencionei no início, a lei tem como instrumento, um dos instrumentos principais de gestão e eu queria aqui também ressaltar a oportunidade da fala dos Senadores Acir e Rodrigo Rollemberg de focar na gestão dos recursos hídricos - o enquadramento, sobre o qual não vou falar, o plano, que vou desenvolver um pouco, e o terceiro, a cobrança.

A cobrança pelo uso da água é um instrumento previsto no plano justamente com a finalidade de auferir recursos para uma gestão adequada dos seus recursos financeiros na bacia hidrográfica.



No entanto, nós temos tido muita dificuldade de todos os setores. Nós temos tido dificuldade de compreensão do setor público, através, principalmente, das empresas de saneamento. Temos tido muita dificuldade de compreensão por parte do setor produtivo industrial e também do setor da agricultura - me permitam aqui mencionar - de entender o instrumento da cobrança não como um imposto, uma taxa, mas como um mecanismo de gestão definido pelos próprios usuários.

Queria dizer também que a cobrança pelo uso da água tem a qualidade de ser recolhida na bacia e, por força da lei, ela será aplicada totalmente também na bacia hidrográfica. E ela tem uma característica, que eu queria chamar a atenção, que é, pelo menos no nosso nível de conhecimento, o único instrumento econômico previsto na legislação brasileira, onde o Estado delega aos usuários de um comitê de bacia hidrográfica, definir o valor de um bem público e cobrar em seu nome. Não existe outro que tenha essa natureza, onde o Estado delega ao usuário definir o valor e cobrar em seu nome. E, mais ainda, retornando à bacia hidrográfica, o Estado delega aos usuários aplicar esses recursos em seu nome.

Eu tenho dito que esse não é um recurso estatal, como a maioria dos recursos oriundos do orçamento brasileiro, mas é, em verdade, um recurso público na sua essência e na sua filosofia. E a dificuldade de implementação e de enxergar a cobrança como instrumento definido pelos usuários e aplicado pelos usuários pode levar a fazer com que nós percamos essa oportunidade, uma vez que a cobrança, muito embora nós tenhamos cerca de 160 comitês estaduais no Brasil e oito comitês federais instituídos no Brasil, a cobrança está aplicada em pouquíssimos comitês estaduais, em apenas três comitês federais. E a dificuldade de implementação é muito grande. Como, por exemplo, nós estamos fazendo um grande debate no Comitê Rio Doce, envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde problemas de compreensão dos



usuários sempre aparecem pois entendem como sendo mais um imposto, mais uma taxa e não como um recurso definido por ele e a ser aplicado por ele.

Então, eu queria fazer uma menção, em particular, a esse instrumento da cobrança e de pedir aos Senadores, porque esse é um processo de convencimento e, portanto, político, que nos ajudem nos seus Estados, junto aos setores que representam, a buscar esse convencimento da oportunidade e da necessidade de aprofundar a cobrança pelo uso da água no Brasil.

O segundo instrumento, que é muito importante, previsto na Lei de Águas - e eu queria aqui começar entrar nos problemas que estão mencionados - é o instrumento plano de bacia hidrográfica.

Os planos de bacias hidrográficas são criados pelo próprio comitê. E na não existência do comitê de bacias, a Agência Nacional de Águas tem apresentado ao País planos de recursos hídricos, que são apresentados pelas agências e aprovados pelo Conselho Nacional.

No ano passado, aprovamos o Plano do Araguaia-Tocantins, que abrange cerca de um milhão de quilômetros de recursos hídricos do Araguaia-Tocantins. A bacia São Francisco está revendo o seu plano, que já tem 10 anos. A bacia do Doce apresentou o seu plano agora na metade do ano de 2010. Estamos em fase de elaboração do plano das sete sub-bacias da margem direita do rio Amazonas. São 2.500 quilômetros quadrados na elaboração desse plano, e eu não tenho receio de errata: esse é o maior plano de recursos hídricos em elaboração no planeta. E qual é a qualidade desses planos? Eles têm uma dimensão de enxergar as questões da ocupação do solo, da gestão territorial, como mencionou o Senador Rollemberg, têm a capacidade de articular os diversos usos da água, entre eles na agricultura, mas não só na agricultura, como também na produção de energia elétrica, para turismo, para hidrovia. Ou seja, os planos se articulam dessa maneira e apresentam um conjunto de medidas que podem ser propostas e apropriadas pelo setor público. Eles não



são executivos, são de planejamento - e aí começa sua qualidade, e também um pouco de sua deficiência.

Os planos de recursos hídricos, não sendo executivos, demandam a posse dessas informações por parte dos órgãos executores, para que, depois, sejam definitivamente analisadas.

Eu gostaria de destacar a qualidade e os problemas que enfrentamos? O plano de recursos hídricos não é elaborado fora da realidade, mas a partir da participação direta dos diversos setores. O setor de energia elétrica se representa dentro do plano e apresenta seus projetos para sua elaboração. Assim acontece com o da agricultura, o de hidrovia e com os diversos planos, inclusive com o de saneamento básico. Porém, quando de sua execução, seja nos Estados ou no Governo Federal, esses orçamentos não enxergam os planos como orientador das diversas ações que ali estão contidas. Há uma disfunção, um distanciamento entre o planejamento, que é setorial, elaborado por todos, e sua execução, cada um dos setores acaba executando o seu orçamento completamente diferente. Com isso, perde-se muita sinergia. No caso do saneamento, por exemplo, pode haver um grande esforço pela melhoria da qualidade da água na jusante de um determinado município, mas não está sendo efetuando nenhum tipo de tratamento de esgoto rio acima e, assim, fica comprometido todo esse esforço.

Então, em relação aos planos de recursos hídricos, estamos fazendo um grande esforço para fazer que, com que os orçamentos da União, e, depois, derivado disso, dos Estados, enxerguem os planos como planos indutores do planejamento a ser realizado por cada um desses setores. Nesse aspecto, entra a questão, por exemplo, da agricultura no Brasil. Os senhores e as senhoras conhecem melhor do que eu os dados da agricultura. Há uma grande oportunidade - e isso é apresentado dentro dos planos - de expansão da agricultura no Brasil sem conflito com o uso dos recursos naturais, seja de água



ou de recursos ambientais, com possibilidade de expansão da agricultura irrigada, o que propicia, sem dúvida nenhuma, ampliar a produtividade da agricultura no Brasil sem comprometer a expansão de fronteiras agrícolas e biomas sensíveis como o da Amazônia.

Através dos planos de recursos hídricos, temos apresentado à sociedade brasileira – e isso tem ficado infelizmente restrito aos planos, e aí a oportunidade de um debate como esse – a possibilidade de expandir significativamente a produtividade na agricultura brasileira sem que, com isso, necessariamente, haja um conflito, um conflito natural entre produção e meio ambiente no Brasil.

Tenho dito que acredito que o uso racional da água e a gestão adequada do território possibilitam uma ponte virtuosa de diálogo entre o setor produtivo e o setor ambiental. Acredito que a água possa fazer isso, porque, no Brasil, o princípio da Lei de Águas é o do uso múltiplo, do uso racional, e não o princípio maior da preservação e da conservação. É evidente que estão embutidos no uso a qualidade e a quantidade da água, sua conservação e sua preservação, mas também está o seu uso com a visão de uso múltiplo.

Então, há a possibilidade de, através da agricultura, e da agricultura irrigada em particular, criar essa ponte tão necessária de diálogo entre a produção e as questões ambientais aqui mencionadas.

Queria dizer também que a Agência Nacional de Águas tem participado de diversos eventos que tratam da questão, da temática da agricultura. A Agência não tem essa responsabilidade diretamente sobre si, mas tem a responsabilidade da regulação do acesso da água pela agricultura. Recentemente, em evento acontecido em Frutal, foi apresentada uma carta ao Brasil, a chamada Carta de Frutal, destacando as questões de financiamento, mas, fundamentalmente, destacando a necessidade de um mecanismo, como foi mencionado aqui, uma lei que já tramita desde 2005, de uma articulação



institucional, de uma gestão, de uma preocupação maior com a questão da agricultura.

Na mesma linha, mais do que os mecanismos de comando e controle, porque a gestão de água é descentralizada e participativa, um pouco diferente da questão ambiental, o nosso foco é estimular o uso adequado a partir de políticas públicas que orientem nessa direção.

Então, nós temos também o Programa Produtor de Água, que caminha, é um programa de pagamentos por serviços ambientais focado em recursos hídricos e, felizmente – eu posso anunciar aqui –, a Agência Nacional de Águas, nesse processo de orçamento, de elaboração e de consecução do Orçamento, seja pelos Senadores, seja pelo Governo Federal, teve os seus recursos ampliados, o que possibilitou que a gente colocasse no Orçamento de 2011 para projetos com essa natureza, e veja: ele não pretende cobrir os pagamentos, mas ser um estímulo para divulgar esse projeto de pagamento de serviços ambientais no Brasil. Saímos de R\$400 mil ao ano, e nós estaremos executando, em 2011, R\$7 milhões. Então, eu queria destacar, mais do que o valor, o salto que está sendo dado em torno dessa questão.

Com relação ao Código Florestal – e eu vou caminhando para os itens finais da minha fala –, sem dúvida nenhuma essa é uma questão que cabe à sociedade, através dos seus órgãos de representação no Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, decidir, mas eu queria dizer aos Senadores que a Agência Nacional de Águas produziu uma nota técnica a respeito do tema, focada na gestão de recursos hídricos e, em linhas gerais, a nossa nota técnica aponta para a necessidade de preservação das matas ciliares de trinta metros. Assim a frase símbolo é de que nenhum rio nasce grande; os rios nascem pequenos e se nós não protegemos os mananciais e as nascentes dos nossos rios, com certeza, depois, nós vamos comprometer significativamente a qualidade das águas desses rios, mesmo que venham a se tornar grandes rios.



Nós não entramos na discussão da progressividade das faixas de APP, porque essa progressividade está muito mais vinculada a aspectos de natureza ambiental do que proteção da qualidade das águas, mas a Agência Nacional tem apresentado essa discussão, e isso é muito relevante, Srs. Senadores, porque, nesse período de comemoração, de alusão ao Dia Mundial da Água, nós falamos muito sobre a necessidade – e ela, sem dúvida, é importante – de que cada um dê a sua contribuição, de que o uso da água, na sua residência as pessoas tenham uma consciência ainda maior. Eu sou da geração que brincava com mangueira no centro de São Paulo. A minha filhinha de cinco anos toma banho dizendo que vai salvar a água do planeta. Ela se molha, se ensaboa e, depois, se lava, diferentemente de mim.

Então, é muito importante a gente trabalhar com esses conceitos da participação de cada um, mas, no nosso entendimento, a gente precisa entender também que, muito embora um cidadão, uma família, uma comunidade faça um grande esforço em torno da preservação da quantidade da água através da mudança dos seus hábitos, o comprometimento da qualidade das águas pela instalação de projetos industriais na sua proximidade, pela instalação, por exemplo, de pocilgas muito próximas dos rios vai comprometer, do nosso ponto de vista, significativamente a qualidade dessas águas, reduzindo a disponibilidade de água para o cidadão.

Outra questão também muito importante que foi aqui mencionada – e é o caminho do encerramento – é sobre a gestão de águas nas cidades, e aí eu queria anunciar que no dia 22, num evento que vai acontecer às 18 horas, para o qual convido a todos, em particular os Senadores e as Senadoras aqui presentes, vamos fazer o lançamento do Atlas Brasil. O que é o Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água? O Atlas é uma análise criteriosa executada nos 5.565 Municípios do Brasil, Município a Município, identificando, do ponto de vista da infraestrutura hídrica, ou seja, até o momento do tratamento da água, as



condições de cada um desses Municípios, identificando se há necessidade de ampliação ou reforma dessas infraestruturas, identificando também, do ponto de vista do manancial, se aqueles mananciais existentes são capazes de suprir as demandas daqueles Municípios num horizonte de 2015 e 2025. Os dados são extremamente preocupantes. Isso foi feito para os 5.565 Municípios. É um instrumento ímpar de planejamento que temos apresentado também à sociedade brasileira como uma grande contribuição, não só pelas suas informações, mas também pela metodologia com a qual foi possível criar esse planejamento, que envolveu uma ampla articulação entre todos os órgãos federais, como Funasa, Ministério das Cidades, Ministério da Integração, Agência Nacional de Água e o Ministério do Meio Ambiente, e envolveu a participação direta dos Estados, uma ampla articulação com os Estados, principalmente através das suas concessionárias de água, Município a Município do Brasil.

Essa experiência, com essa metodologia que foi adotada para a elaboração – nesse foco, estamos falando da área urbana desses Município –, nos possibilita estarmos estimulados para conceber e, ainda no ano de 2011, iniciar, provavelmente em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ministério da Integração, o Atlas da Universalização do Abastecimento, fazendo com que, a partir dessa metodologia, possamos também identificar, nas diversas comunidades isoladas de cada um dos Municípios, qual é a melhor solução de abastecimento de água para essas comunidades.

Então, eu queria ressaltar isso e fazer o convite, para que todos possam acompanhar e ter o Atlas como um instrumento importante. Estamos tentando fazer com que o Governo Federal, dos órgãos executores do Governo Federal até a Caixa Econômica, e também os Estados tenham o Atlas como um instrumento primordial do seu planejamento.



Para encerrar, eu queria propor um debate aos Srs. Senadores, que não foi abordado aqui pelo Senador Acir, nem pelo Senador Rodrigo. Eu queria chamar atenção para isto e propor que esse debate seja ampliado, possibilitando audiências públicas, com a discussão do PL nº 315, que está em tramitação no Senado Federal. O PL nº 315 altera a distribuição da compensação pelo uso de recursos hídricos, que hoje é de 6%. Ele altera a participação dos Estados e Municípios nesse valor que hoje representa cerca de R\$1 bilhão e 200 milhões ao ano. Desse valor, 45% ficam com os Estados, 45% ficam com os Municípios e 10% são distribuídos entre Ministérios do Governo Federal. Há uma proposta de alteração desses valores para 65% para os Municípios e, reduzindo em 20%, de 45% para 25% para os Estados. Muitas vezes, esse debate entre as pessoas que têm participado tem sido caracterizado por um debate entre a visão municipal e a visão estadual. Não é a visão correta, porque os Municípios no Brasil pouco ou nada têm aplicado na gestão dos recursos hídricos, enquanto, como mencionei no início, todos os Estados têm fundos estaduais de recursos hídricos. Muitos aplicam ainda valores pequenos, mas o Estado de São Paulo, como está aqui concordando o Senador Aloysio Nunes, aplica significativamente. O Estado de Minas Gerais também o faz, o Estado do Rio de Janeiro também o faz. Só um dado: quando o Estado aplica esses recursos para todos os Municípios do seu Estado, na verdade, faz-se com que esse recurso chegue inclusive aos Municípios que não têm, na origem, o recebimento do seu valor. Então, hoje, no Brasil, cerca de 800 Municípios recebem a compensação, parte desse valor, porque ou é atingido ou têm ali seus equipamentos hidrelétricos, e os restantes quatro mil e pouco não recebem. Só para fazer um efeito de comparação, em Minas, 190 Municípios recebem a compensação, e o Estado tem 800 Municípios. Só no Estado de Minas Gerais, ao fundo estadual repassar uma parcela para cada um dos



municípios, ele está atingindo um número de municípios equivalente a todos os que recebem essa contribuição em nível nacional.

Sem dúvida nenhuma é muito importante que os municípios demandem melhores condições, ou requeiram uma participação maior no setor elétrico, mas isso não pode ser feito e será muito ruim – gostaria de deixar para o final essas palavras – será danoso. É um sistema jovem, que tem poucos recursos, perdermos no âmbito dos estados esses recursos através do PL com essa natureza. Essa é a posição da Agência Nacional. Evidentemente não é a posição da sociedade brasileira, mas o apelo que a gente faz é de que esse debate possa ser ampliado e que os estados e outros entes possam participar desse debate antes de uma tomada de decisão final por parte dos Senadores.

Queria lembrar que em 2015 começam a vencer as grandes concessões do setor elétrico nacional. Uma conta de joelho, Srs. Senadores, faz com que haja uma necessidade de distribuição de um valor que chamo de benefício social do setor elétrico de cerca de seis bilhões de reais ao ano, decorrente da amortização das usinas hidrelétricas brasileiras.

O Pré-Sal trata de dez bilhões de reais ao ano, destinados às políticas sociais. Nós estamos falando, só com a oportunidade do vencimento das concessões, de algo em torno de seis bilhões de reais ao ano. Há uma posição no geral de que esses valores sejam transferidos quase todos para a modicidade tarifária e, sem dúvida nenhuma, é necessário que seja para a modicidade tarifária. Há uma outra posição de que eles sejam repartidos regionalmente, apenas regionalmente, a partir dos locais onde existem as usinas, e isso sem dúvida nenhuma também tem seu significado. Do nosso ponto de vista, há necessidade de interferir de maneira antecipada para que a gente não seja depois... Eu não diria vítima, mas para que depois não tenhamos que nos subordinar a uma situação de fato, em função da proximidade da data. Que façamos uma discussão antecipada sobre a destinação desses recursos,



uma vez que, do nosso ponto de vista, uma parcela significativa deles poderia ser destinada, aí sim, para as políticas sociais, para as políticas ambientais, em particular para a gestão de recursos hídricos, o que significaria um avanço grande para a sociedade brasileira.

Então, em termos gerias, desculpe se me alonguei, agradeço a oportunidade e encerro deixando a Agência à disposição do Senado Federal. Gostaríamos de ser mais estimulados ainda a apresentar as nossas propostas e também contribuir com o mandato de cada um dos Senadores aqui presentes.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Agradeço ao Sr. Vicente Andreu Guilho pela sua esclarecedora palestra.

Passo a palavra para a Sr^a Ana Paula Caldeira Souto Maior, representante do Instituto Socioambiental – ISA – e depois das duas palestras faremos os questionamentos.

Convido a Senadora Marisa Serrano para, junto comigo, presidir esta reunião. O Senador Rollemberg terá que se ausentar por alguns instantes.

Com a palavra a Dr^a Ana Paula Souto Maior.

A SR^a ANA PAULA SOUTO MAIOR – Bom dia. Em nome do Instituto Socioambiental, gostaria de agradecer o convite do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, e também à Senadora Marisa Serrano pela iniciativa.

O Instituto Socioambiental é uma organização criada em 1994. Eu quero só aproveitar a saída do Senador Rodrigo Rollemberg para dizer que, como moradora do DF, eu me sinto bem representada por ele nesta Casa. Fico feliz por encontrá-lo nesta audiência.

Bem, o Instituto Sócioambiental é uma organização criada em 1994 e talvez em palavras curtas seja possível dizer que a gente acredita que a valorização da nossa diversidade social e a forma como as nossas populações



tradicionais e população indígena utilizam os nossos recursos naturais é um grande patrimônio do nosso País.

Então, a gente trabalha pela valorização da nossa população indígena, das nossas populações tradicionais – como as populações quilombolas também – e pela forma como eles usam os seus recursos. Nesse sentido, a gente desenvolve vários projetos, que são projetos regionais. Nós temos um projeto na Amazônia que trabalha com a Bacia do rio Negro e compreende também a terra indígena ianomâmi e trabalhamos em parceria com as organizações indígenas dessas regiões. Desenvolvemos também um programa no Estado do Mato Grosso, no Parque Indígena do Xingu, que é um programa voltado, entre outras coisas, para a proteção das nascentes do rio Xingu. É essa experiência que eu gostaria de dividir aqui com vocês hoje e depois participar do debate levando em consideração esse DVD que nós vamos apresentar aqui para vocês.

Eu pediria então à parte técnica. O DVD tem 15 minutos, mostra essa experiência realizada em conjunto com diversos atores. Vou aumentar um pouco o som.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, só enquanto está preparando o DVD, desculpa, Drª Ana, é que eu tenho reunião da Comissão de Relações Exteriores. Infelizmente as reuniões das Comissões nesta Casa acabam se acumulando. Então, vou ter que sair daqui um pouquinho e eu gostaria apenas de deixar uma palavra em relação ao que o Dr. Vicente falou, se é possível. Porque vai dar 15 minutos e eu vou ter que sair antes de a senhora falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois bem, vamos interromper então, Senadora Marisa Serrano. Vamos interromper um minutinho só.



A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu acho que tem a ver, porque aí depois... Eu me sinto muito... Eu até ia perguntar se depois você poderia enviar para a gente o DVD para a gente poder assistir.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Podemos sim disponibilizar. Já está disponibilizado então.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu lhe agradeço. Perdoe-me, mas eu acho que é muito oportuno e eu queria fazer esse registro.

Primeiro saudar a presença de vocês aqui na Comissão e saudar também a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente por essa iniciativa, como disse o Dr. Vicente. Quer dizer, a água hoje é um bem finito e escasso e como isso tem que ter precificação. Eu concordo com isso.

Eu queria só deixar como contribuição a esse debate a experiência que nós vivenciamos na Itaipu Binacional, que é através do Projeto Cultivando Água Boa, o Dr. Vicente conhece, não sei se a Drª Ana Paula ouviu falar e se familiarizou também. Mas é um projeto que eu gostaria ate, numa oportunidade, Senador Presidente da Comissão de Agricultura, trazer aqui a Itaipu para fazer essa exposição. Envolve 22 municípios da Bacia do Paraná 3, cuidam das nascentes, do reflorestamento, os agricultores participam, a comunidade acolheu e adotou as nascentes, é um programa muito interessante, inclusive, muito equilibrado com a produção agrícola, com a produção de animais. Nós temos no Estado lá, o senhor conhece bem a nossa relação lá nessa região, no oeste do Paraná, muita produção de frango, de porcos e nesses municípios onde atua o programa da Itaipu nós temos conseguido com muito êxito fazer um



equilíbrio e fazer com que não haja contaminação das águas os próprios agricultores estão muito conscientes.

Então, eu queria deixar esse registro, deixar essa sugestão para que nós pudéssemos convidar – seja o Dr. Nelton Friedrich, seja o Dr. Jorge Samek – fazer uma exposição conjunta na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente, se assim for possível, desse programa, porque eu acho que ele pode ser referência, inclusive, para que a gente estenda nacionalmente. Eu sei que há projetos de gestão por bacia hidrográfica em todo o Brasil, mas eu considero esse um dos projetos muito avançados.

Agradeço muito a presença de vocês. É muito oportuna essa discussão, principalmente agora, em que nós vamos debater aqui nesta Casa o Código Florestal e envolve, com certeza, a proteção dos nossos mananciais, dos nossos rios, da água, que é um bem tão importante para a vida. Perdoe-me, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem lembrada, Senadora, essa atuação de Itaipu no oeste do Paraná. Tivemos oportunidade, no começo do ano, de estar em Itaipu e assistimos a uma palestra ampla junto com o Governador de Rondônia, Dr. Confúcio Moura, e realmente entendemos que é uma das soluções para a produção e, principalmente, para o pequeno produtor rural. Queremos levar isso, através do Governo do Estado de Rondônia, também para o Estado de Rondônia.

Peço a V. Ex^a que faça por escrito esse pedido, para que a gente possa, o mais breve possível, fazer com que haja essa audiência pública, convocando os técnicos de Itaipu para fazer essa explanação que, tenho certeza, contribuirá muito não só para o meio ambiente, mas também para a agricultura brasileira.

Muito obrigado pela sua colocação, Senadora.

Com a palavra, então, a Dr^a Ana Paula Souto Maior.



A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Vamos ao vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Acho que aí se colocam algumas questões importantes. Esse projeto envolve 19 municípios do Estado de Mato Grosso. Acho que a força dele, como foi mostrada e ressaltado aqui por mais de uma fala, é a questão de envolver diversos atores. É muito importante que os diversos atores que aparentemente têm interesses contrários, mas que no fundo tem o mesmo interesse, que é a proteção de um recurso essencial ao desenvolvimento de todos, tenham esse entendimento de que é preciso sentar à mesa e discutir localmente, na região, como fazer para proteger esse recurso natural.

Eu ficaria por aqui, Sr. Presidente. Fico aberta para colaborar da maneira que esta Casa entender importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Ana Paula, que trouxe um vídeo bastante esclarecedor para nós todos da realidade brasileira.

Podemos ver o índio com uma máquina fotográfica, podemos ver os ambientalistas junto com os ruralistas, os produtores rurais, todos com o mesmo pensamento, com a mesma intenção: cuidar do meio ambiente, mas produzindo, fazendo com que o Brasil possa produzir, cuidando do meio ambiente.

Este é o grande objetivo do nosso trabalho: fazer com que ambientalistas e produtores possam seguir lado a lado, um parceiro do outro. Essa é a nossa meta. E a informação para a população ainda é o melhor caminho para a preservação do meio ambiente.

Agradeço, então, à Drª Ana Paula Souto pela sua explanação e pelo seu brilhante vídeo.



Passo a palavra agora à Senadora Marisa Serrano, como Presidente da CMA.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Falo também aqui como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas, a CMA.

Quero fazer algumas considerações e perguntas ao Dr. Andreu, principalmente, com quem temos trabalhado tanto na Comissão de Meio Ambiente nos últimos quatro anos, e discutir algumas questões importantes. Uma delas diz respeito ao meu Estado e à minha região, ao meu Município e Município do Senador Moka, que está aqui presente e que também é de Bela Vista. Eu acho que é uma das únicas pequenas cidades do País que tem dois Senadores. Então, vai ficar muito contente com isso, pois está com tudo.

Eu queria saber sua opinião, Dr. Andreu. O que provoca atraso na não implementação dos acordos internacionais? Por exemplo, o acordo do rio Apa, que já tem decreto-legislativo dos Parlamentos do Brasil e do Paraguai e ainda não foram implementadas suas unidades gerenciais. É o primeiro acordo internacional de que tenho conhecimento que está, no momento, em fase de implementação. Gostaria de saber por que não anda e o que poderíamos fazer, todos nós aqui no Senado, principalmente o Senador Moka e eu, para ajudar que essa gerência se instale na cabeceira e principalmente em toda a estrutura do rio Apa.

Outra pergunta diz respeito às nossas dificuldades com enchentes e deslizamentos, como estamos vendo agora em todo o País: Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e tantos outros Estados. Que estudos a ANA possui que poderiam ajudar os prefeitos na melhor definição dos seus planos de prevenção? Como poderíamos ajudar as grandes cidades brasileiras? As cidades brasileiras em geral – não precisam ser grandes –, nesses planos de prevenção de deslizamentos, principalmente das nossas encostas.



Gostaria também de dizer que, quando V. S^a fala dos rios fronteirços e transfronteirços, ou transnacionais, não existe uma legislação específica ainda para esse quesito, pelo menos que eu tenha entendimento. O que a ANA pode fazer para nos auxiliar nos próximos anos nisso que é tão importante para todos os brasileiros, principalmente o meu Estado, Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai e tem no rio Paraguai um grande escoador de suas riquezas? Portanto, a ideia é que tenhamos planos da Agência para esses rios transfronteirços e fronteirços.

E, ainda, como poderíamos evitar – e a Agência pode nos ajudar nisso, como disse V. S^a – o desperdício da água? Tem uma frase do ex-Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas, do PSDB do Espírito Santo, que diz que os carros brasileiros nunca terão cárie, já que são sistematicamente lavados com água fluoretada. Quer dizer, é um desperdício muito grande que temos, e gostaria de ver o que a Agência poderia fazer também para nos auxiliar e auxiliar o País, incentivar a evitar o desperdício do uso da água.

Eram as questões que eu queria levantar a V. S^a, agradecendo também a presença da Sr. Ana Paula. Foi muito interessante o vídeo que vimos, do Xingu. É uma integração, e uma integração muito viva, entre o agropecuarista e o índio.

Essa é uma questão que não é só de Mato Grosso e não é só da região amazônica, mas é também do Estado de Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra a outro signatário, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente e Sr^a Presidente, Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA, Dr^a Ana Paula Souto Maior, também nossa convidada, sou coassinatário do requerimento para a realização desta audiência pública e o fiz com muito



gosto, com muito empenho, porque quero ingressar nesse saudável *lobby* pela água em nosso país. Como Senador da República recém-chegado ao Congresso, tenho esse tema como uma das minhas preocupações cívicas mais importantes. Assim, disse à Senadora Marisa Serrano que contasse comigo nas fileiras desse *lobby*, que é um *lobby* suprapartidário, envolve todos nós, e começa a se tornar uma causa comum unindo produtores, autoridades públicas e populações indígenas, que vão descobrindo a importância que há, para todos, na preservação da qualidade das águas no Brasil.

Eu ouvi a exposição do Presidente da ANA e, ao ouvi-lo, pela qualidade de sua exposição, por aquilo que ele nos disse a respeito das atividades da ANA, eu me lembrei com emoção e com carinho de uma pré-história da ANA, da preparação dos atos legislativos, dos atos normativos, dos decretos que deram origem a esse sistema que é tão bem sucedido no Brasil, ainda que tenha muito a se desenvolver, especialmente no âmbito dos estados e dos municípios. Lembro que, no governo do Presidente Fernando Henrique, no meu gabinete da Secretaria Geral da Presidência, ancorei um grupo de trabalho e vejo aqui presente um membro desse grupo, que é o Dr. Antônio Félix Domingues.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Lembro do Dr. Félix, da Dr^a Dilma Pena, do Gerson Kelman, que trabalharam para dar forma ao projeto cujos frutos já vemos muito abundantes.

Uma das perguntas que eu iria fazer, o senhor já respondeu. Diz respeito a uma preocupação que eu tenho em relação a esse PLC nº 315/2009, já que considero um retrocesso a forma como propõe a redistribuição dos recursos que são produtos da compensação financeira para a utilização dos recursos hídricos. Eu concordo com V. Ex^a. A minha preocupação era saber qual seria a posição da ANA a respeito dessa proposta de redivisão a partir de uma



visão, no meu entender, estreita do municipalismo. Fiquei satisfeito ao ouvir a opinião da ANA.

Uma outra pergunta que eu faria aos nossos convidados diz respeito à interface existente, ou a existir, entre a Funasa e o Ministério das Cidades, que são encarregados da execução, por parte do governo federal, dos programas de saneamento básico e a Agência Nacional de Águas. Não sei se existe, confesso que estou desatualizado nessa matéria, mas acho vital essa interação.

Em terceiro lugar, uma pergunta sobre a revitalização do rio São Francisco. Muito se discutiu antes do lançamento do programa de desvio das águas do São Francisco para os estados do Ceará e da Paraíba.

Essa foi uma questão muito polêmica. Houve grande debate sobre isso e uma, digamos assim, das contrapartidas das populações, especialmente do Estado de Minas Gerais e das populações que se abastecem das águas do São Francisco, foi a de que o Governo ia promover um vasto programa de revitalização do rio, porque havia evidências de que o rio estava minguando pouco a pouco, morrendo, exatamente pelo uso abusivo de águas de tributário do São Francisco em programas muito amplos de irrigação e outras razões. Eu queria saber a quantas anda esse processo de revitalização do São Francisco.

Finalmente, para ratificar, a partir do meu depoimento, sua apreciação a respeito dos comitês de bacia, participei de reuniões de comitês de bacia no meu Estado, o Estado de São Paulo e, realmente, essa é uma das experiências mais fascinantes de participação em torno da elaboração de uma política pública ou de várias políticas públicas. Participação de prefeitos, de autoridades do Estado, de consumidores, sociedade civil, realmente é algo que merece ser estimulado, e penso que os Senadores são agentes políticos, deveriam ser agentes políticos importantíssimos na propagação dessa experiência que é realmente fascinante como democracia participativa na



elaboração de políticas públicas. E é onde se experimenta realmente o caráter suprapartidário e a paixão que, pouco a pouco, vai tomando conta das pessoas sobre uma correta utilização desse recurso tão precioso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador, eu gostaria só de fazer uma sugestão ao Senador Aloysio Nunes.

Em 2009, a ANA e a Sabesp nos fizeram um convite, à Subcomissão de Águas, para conhecermos um comitê de bacias no Sistema Cantareira, e a Senadora Marina Silva e eu fomos lá. A Sabesp nos fez uma exposição, e conseguimos, de helicóptero, trabalhar e visitar todo o comitê de bacia, inclusive o sul de Minas.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, Senador Aloysio, que fizesse um indicativo também à Comissão de Meio Ambiente, para que a gente pudesse organizar uma próxima visita aos Senadores que quiserem visitar um comitê de bacia e que a gente pudesse saber e conhecer mais de perto isso que é tão importante para o País, que, acredito, vai se disseminar nos próximos anos. Seria bom que os Senadores pudessem acompanhar esse trabalho.

Era a sugestão que eu queria dar a V. Exª.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, do Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade e também à Sr^a Presidente da Comissão do Meio Ambiente, da qual, com muita honra, faço parte. Cumprimento os Senadores e, sobretudo, nossos convidados, que trouxeram temas por demais importantes.

Quero solicitar aos senhores convidados que façam uma reflexão a respeito de dois temas. O primeiro deles é que, quando se fala de água, não podemos falar de água do Estado de Mato Grosso do Município “a” ou “b”, apesar de termos visto aí as belezas do Estado de Mato Grosso, que reputo um dos Estados ou o Estado mais bonito do Brasil.

Parabéns ao ISA pela importância do seu trabalho.

Muito bem, um exemplo disso é que o rio Paraguai nasce nas lagoas de Diamantino, sobe a bacia do Paraguai, passa por Cáceres, passa o rio Taquari, recebe as águas do rio Cuiabá, do rio São Lourenço, ultrapassa o Taquari, como eu disse, vai à foz do rio Apa, vai até Nova Palmira, no Uruguai.

Então, o rio não é de Mato Grosso. A questão é geopolítica. O Mercosul se preocupa com isso. Existe um comitê intergovernamental da hidrovia Paraguai/Paraná, do qual já participei como representante do Procurador-Geral da República, defendendo esse sistema e ajuizando ações na defesa das populações tradicionais, notadamente os guatós, ali na divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul. A questão não é local, ela é mundial. Quando se fala em mundial, a questão passa a ser geopolítica. Sabemos que o Brasil possui 20% da água potável do mundo e, desses 20% , 80% se encontram nos estados amazônicos. E temos aqui as principais bacias Platina e Bacia Amazônica. Existem estudos que demonstram que no ano de 2050, a



China e a Índia, ali faltará água. Existem outros estudos de que em 2025 outros países também necessitarão de água. Já se fala do ouro azul e a água seria o ouro azul. A primeira reflexão dos dois é a respeito da falta de água no mundo, se isso é terrorismo, e a respeito de algumas guerras que se iniciaram em razão da água. Estava conversando com o Senador Aloysio. A Guerra do Paraguai se inicia em razão da água. O Presidente da Província de Mato Grosso foi aprisionado em Assunção, no Paraguai, vindo de São Paulo, em razão da água. Tivemos outras guerras em razão disso.

Isso é terrorismo, que vai faltar água, ou ao menos água potável faltará? E o Brasil nesse contexto: 20% da água potável, sem falar no aquífero de Guarani que devemos... Sim, e o Pantanal também. Essa é a primeira reflexão que gostaria de ouvir dos senhores, se for possível.

Uma segunda reflexão. Tendo em conta esses componentes que aqui trouxe, sabendo que a geopolítica mundial leva em conta sobretudo a economia, o mundo, segundo alguns estudos, caminha para que a China seja um grande país industrial, os Estados Unidos, um grande fornecedor de serviços e o Brasil, um grande fornecedor de proteína animal e vegetal. Sou do Estado de Mato Grosso, que é um Estado que tem 28 milhões de cabeças de gado bovino, nós temos mais bois em Mato Grosso do que a Europa inteira, temos uma agricultura, um setor produtivo que nos orgulha muito.

Queria uma reflexão dos senhores a respeito da expansão da agricultura no norte do Estado de Mato Grosso, sul do Pará, na Amazônia, tendo em conta que 80% da água potável do nosso Estado ali se encontram, do Brasil, Estado no sentido técnico-jurídico, a preocupação com isso, a expansão da agricultura. Nós precisamos da agricultura, 30% do PIB nacional vem daí, emprega e nós sabemos disso. Uma reflexão dos senhores a respeito desses dois temas.



Muito obrigado. Parabenizo o trabalho dos senhores e me associo a esta subcomissão. Dela não faço parte, mas este é um tema que diz interesse a todos os cidadãos que se preocupam com um bem que é econômico, segundo a ONU, segundo a Constituição, segundo a legislação nacional, mas sobretudo ele é vital para nossa sobrevivência e de gerações futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Pedro Taques e ao Senador Aloysio pelas suas intervenções, assim como a minha colega Senadora Marisa Serrano, e faço uma indagação, Dr. Vicente, para esclarecer aos nossos agricultores o seguinte: quais os recursos técnicos e financeiros de que a ANA e o Governo dispõem para auxiliar na execução dos planos de bacias hidrográficas e quais as garantias de que os agricultores e o setor agrícola não serão prejudicados com a cobrança pelo uso da água?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Apenas um adendo a sua pergunta. Queria perguntar, diante dos recentes cortes orçamentários, qual é a repercussão desses cortes sobre o orçamento da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Com essas indagações, passo a palavra para o Dr. Vicente Andreu Guillo, da ANA.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Permita-me começar pela última indagação.

Tenho uma excelente notícia do ponto de vista do sistema. Uma parte significativa dos recursos do sistema nacional vem de uma parcela de 0,75, cobrado dentro do item compensação, que nós já mencionamos. A partir de tratativas iniciadas com o Ministro Paulo Bernardo, nós ponderamos que esse



recurso ou bem cobrança – ou seja, o mesmo instituto que eu disse que volta para a bacia, que é aplicado no sistema e, portanto, não deveria ser contingenciado –, esses recursos eram entendido como compensação, aí os comitês estariam livres, inclusive para cobrar uma parcela superior do setor elétrico. O Ministro Paulo Bernardo entendeu, da mesma maneira que nós, que ele tem a natureza de cobrança. Portanto, o Comitê não pode cobrar, mas também não deve ser contingenciado.. Ao longo desse período esse compromisso foi mantido, bem como o orçamento da agência nacional.

Eu tenho ouvido dos meus colegas que sou o único sorridente que tem transitado aqui na Esplanada, mas nosso orçamento saltou de R\$70 milhões de execução no ano passado para um orçamento de R\$219 milhões neste ano. Portanto, estamos bem.

Fizemos uma reunião com 25 dos 27 Secretários Estaduais que tratam da questão de recursos hídricos, apresentamos esse cenário e estamos agora compelidos a gastar – e gastar bem – esses recursos. No nosso caso em particular, por isso mencionei o entendimento do Senado na elaboração do orçamento e o compromisso do Governo Federal, os nossos orçamentos estão significativamente ampliados.

Cada questão quase dá uma audiência pública. Vou tentar percorrer todas usando alguns exemplos que posso considerar simbólicos.

A questão do desperdício. Sem dúvida nenhuma, uma questão fundamental é a da consciência, da educação, principalmente da educação ambiental. Lembro-me de quando era aluno do Professor Ildo Sauer, lá na USP, no curso de mestrado sobre energia, de que a grande discussão, inclusive sobre energia, as *utilities*, era a mudança de hábitos. Então a mudança de hábito e a consciência em torno desse tema são questões fundamentais. Acho que tem que continuar insistindo. Como mencionei, nem sou eu. É o convívio da minha



filhinha, a escola dela que está fazendo com que as perspectivas de olhar para esse tema sejam diferentes daquilo que as nossas gerações fizeram.

A segunda, Sr^a Senadora, não tenho receio de mencionar que motiva em grande parte o desperdício da água tratada é a de que sistema tarifário de água no Brasil é, na minha opinião, um desastre. Grande parte da água no Brasil não é cobrada. Nós deveríamos ter políticas públicas que visassem à universalização para aqueles que não têm renda, inclusive disponibilizando uma quantidade de água, mas tarifas de água que são irrisórias, que não cobrem os custos, exigem que haja um subsídio de outras fontes de arrecadação no Município. Tarifas irrisórias dessa natureza levam ao desperdício.

Vou citar um caso. Eu era Presidente da Sanasa, Empresa de Saneamento de Campinas, durante o período do apagão, com 20% de energia elétrica. Lá na cidade que tem micromedição, com um milhão de habitantes, chegamos a 12% de redução no consumo de água, em função do consumo de energia. Porém, duas regiões da cidade não tiveram redução. Aliás, tiveram aumento. Quais foram as duas cidades que não tiveram redução, mas aumento no consumo de água? A região do Gramado – quem conhece Campinas sabe que são os condomínios de alto poder aquisitivo formados onde a elasticidade permite à pessoa não reduzir o consumo de água – e nas ocupações, principalmente em uma grande ocupação da cidade chamada Parque Oziel. Por quê? Porque a água era de graça, as pessoas não pagavam. Durante esse período de racionamento você ia lá e via a água vazando direto nos caninhos de borracha com pneu. Por quê? Porque, como não paga pela água, ele não tem a dimensão, na minha opinião – essa é uma opinião estritamente pessoal, não é a da ANA. Não quero aqui comprometer. Pode ser que outras pessoas tenham opinião distinta.



Então, é a questão tarifária. E fazer com que as pessoas percebam que a água tem valor e um custo para ser produzida é fundamental. Se não houver isso, você estimula sensivelmente a questão do consumo. Tarifa baixa indistintamente leva a uma elevação do consumo. Uma elevação do consumo exige, necessariamente, maior disponibilização do serviço, seja de infraestrutura, seja de quantidade de água. Então, penso que a combinação de uma política tarifária justa que considere os aspectos socioambientais e, principalmente, os aspectos sociais, como garantir o acesso à água, são fundamentais.

Para isso, há vários mecanismos, como a tarifa social, como medidores pré-pagos que possibilitem o consumo, o que é necessário para essas famílias que não têm renda. É preciso que haja, no setor da água, uma política tarifária mais realista, porque isso envolve, sem dúvida, problemas políticos de grande natureza. O prefeito não quer mexer na tarifa de água, porque, se ele o fizer, ele perde a próxima eleição. Isso acaba sendo politizado. Esse é um problema nacional. Grande parte das grandes cidades brasileiras, fora do centro Sul-Sudeste, tem uma política tarifária muito baixa, que não cobre os custos, e grande parte dela não é sequer tarifada.

Essa é minha opinião. É uma combinação do processo educativo, mas atribuindo à água seu valor econômico, de maneira mais adequada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) (*Fora do microfone.*) – Aí se tem de pegar dinheiro do Governo Federal, e o Governo Estadual não cobra tarifa...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E se faz isso. Penso que essa é uma questão-chave, de natureza política.

Quanto à questão dos deslizamentos, que a senhora mencionou, eu começaria dizendo o seguinte: em primeiro lugar, pela divisão das competências da nossa Federação, a gestão territorial é de competência



municipal. Então, em grande parte, esses problemas derivam de uma ocupação inadequada do solo urbano. Não é somente essa a causa, mas isso se dá, em grande medida, devido a essa ocupação inadequada. Os Municípios nunca tiveram planos diretores. Digo isso, porque também fui secretário de planejamento no Município de Campinas, e o plano diretor da cidade era bastante consistente, mas de difícil rebatimento na decisão. Ou não há plano, ou, muitas vezes, há um plano, mas este não rebate diretamente na tomada de decisão. Então, a ocupação desordenada do território nacional é um problema. O segundo problema é que, muitas vezes, estamos tratando de bacias de pequena dimensão, em que o tempo de resposta é muito rápido: há o evento de chuva, e, logo em seguida, vem o efeito sobre aquela região.

No mesmo momento em que aconteceu a tragédia no Rio de Janeiro, falava-se das inundações na Austrália, em que as pessoas recebiam, inclusive, um telegrama na sua caixa postal, falando que elas precisariam desocupar a área. No caso da Austrália, estamos tratando de uma dimensão, é evidente, diferente, mas igual, por exemplo, à do rio São Francisco e à do rio Amazonas. Em função de um evento nas cabeceiras, consegue-se antecipar, em semanas, o efeito mais adiante, a jusante. No caso de bacias pequenas, isso é praticamente impossível, porque o tempo de resposta, muitas vezes, é uma questão de horas. Para isso, é preciso dotar a região de sistemas de alerta que funcionem e que tenham contrapartida principalmente na sociedade.

Na minha opinião, acompanhando o debate que aconteceu sobre o evento no Rio de Janeiro, é preciso qualificar o Município, qualificar a Defesa Civil do Município e também qualificar a população, para que ela responda rapidamente a um fenômeno como esse. Mas não temos essa cultura, não há liderança. Quando acontece alguma coisa assim, a pessoa segue quem?

Permita-me dizer, Senadora, que isso envolve outra questão de natureza econômica muito forte na nossa sociedade. É preciso não apenas



conhecer as áreas de riscos, mas também identificá-las. A senhora imagina se eu ou qualquer pessoa vamos ao Rio de Janeiro ou à Angra dos Reis e se, ali, do lado da pousada, há uma placa com o dizer “área de risco, verifique as condições de segurança necessárias”! Ou, então, imagina se alguém vai vender uma propriedade, e lá está cravada uma plaquinha em que está escrito “área de risco”! Então, muitas vezes, o Poder Público tem instrumentos para identificar áreas de risco – e isto é raro em algumas cidades –, mas acaba esbarrando na sua efetividade, seja por essas questões que mencionei, seja por falta de organização mais adequada.

Do que a Agência dispõe? A Agência dispõe de uma Sala de Situação. Estamos procurando rebater nos Estados. Nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, já existe essa Sala de Situação, em que se trabalha com questões que envolvem precipitação e fluxo de rios. Isso responde satisfatoriamente aos problemas que mencionei de grandes cursos.

Quando se tratar de pequenas bacias, a resposta não estará na gestão de águas, ela estará fundamentalmente na gestão do espaço territorial urbano.

A questão de acordos internacionais, juntamente com a questão do que pode ser feito, o problema dos Estados nacionais, a soberania nos Estados transfronteiriços.

Eu, particularmente, ainda não entrei no acordo que envolve o tratado do rio Apa. Recentemente, mobilizamos, inclusive, os gestores de água dos países da OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. E há uma disparidade, ainda, muito embora nós tenhamos que fazer muito, esses países têm que fazer muito mais ainda do ponto de vista de gestão. Então há um certo desequilíbrio e a medida mais apropriada, do nosso ponto de vista, em termos de cooperação, é dotar de sistemas que conversem, que façam com que as informações sejam disponibilizadas de forma adequada.



Eu queria dizer, essa foi a minha impressão, não sei se envolve algum problema diplomático, mas senti nessa reunião, estavam todos os países, exceto a Venezuela, mas estava a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana e o Brasil, e eu senti um misto de admiração pelo Brasil e uma certa desconfiança desses países também. Então, existe um grande esforço diplomático a ser feito, porque eles veem o Brasil dessa forma. É misto, o Brasil é um país admirável, por várias razões mas, ao mesmo tempo, existe um grande receio. E nós precisaríamos unificar o nosso discurso no continente sul americano, porque como o Brasil compartilha duas grandes bacias, a Amazônica e a Platina, como mencionou o Senador Pedro Taques, no caso da Amazônica, nós estamos rio abaixo, então o Brasil se comporta de uma maneira. No caso da Platina, nós estamos rio acima, então nos comportamos de outra maneira.

Então, no nosso ponto de vista, precisaríamos ter, e aí, na minha opinião, é no âmbito das Relações Internacionais rebatendo em recursos hídricos. Nós não temos autonomia para tratar desses temas com esses países, no sentido de unificar um discurso estratégico sobre essa questão no continente sul americano, aumentando o nível de admiração e diminuindo o nível de desconfiança que existe em relação ao Brasil. E os senhores, com certeza, os Parlamentares que convivem nessa fronteira sabem que é um pouco disso, é de admiração, mas, ao mesmo tempo, de desconfiança.

Em relação ao Senador Aloysio Nunes, eu gostaria de fazer um convite, porque o senhor mencionou bem, penso que a água pode ser uma grande ponte entre o setor produtivo e a questão ambiental. E vou até dizer em caráter bastante pessoal, a água pode ser também uma grande ponte do ponto de vista partidário, Senador, porque tenho uma filiação, sou vinculado ao PT, mas é raro encontrar parlamentares em todos os partidos, mas particularmente no meu, que tenham colocado de forma tão clara a posição do senhor de assumir uma bandeira cívica de defesa da água no Brasil. A água é para nós,



paulistas, mais ou menos como o time do São Caetano, todo mundo gosta, mas ninguém torce para o time do São Caetano, torce para o Palmeiras, para o Corinthians, para o Santos, mas gosta do São Caetano; a água é mais ou menos isso.

As pessoas têm hoje uma dimensão da importância da água, mas não têm a água com uma bandeira central. Então, fico muito satisfeito e animado com a posição que o senhor mencionou dos Senadores e Senadoras aqui presentes.

A Senadora Marisa Serrano há anos tem essa relação com a Agência Nacional de Águas e faço um convite a todos. A interface da questão da Funasa Ministério das Cidades, me permita dizer, é o MI, o Ministério da Integração também tem ações.

Na verdade, o setor de saneamento, e já estive no setor de saneamento, este setor no Brasil historicamente foi e gosta de ser autorregulado. Então eu, na Sanasa, não era nem o prefeito, Senador, fazia a portaria que determinava, por exemplo, a tarifa, porque a tarifa é a ponta da regulação, discutindo-se a tarifa, pode-se discutir uma série de questões. E o aspecto de que o Presidente da empresa faça portaria está errado, mas é gostoso, porque ninguém me cobrava. No máximo uma discussão com o prefeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – E para o prefeito também é bom.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Em certa medida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Ele se livra do abacaxi de ter que reajustar a tarifa.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Mas eu acho que o setor de saneamento, a partir da 1145, que é a Lei Saneamento de 2005, está estimulado a se regular, a ter agências, estimular a fazer isso de forma também



compartilhada, porque o setor de saneamento, em função de que a titularidade é municipal, o serviço é municipal, também criou uma distorção, no meu ponto de vista, de que o planejamento também ficou municipal. Então, o Município, o Prefeito Antonio da Costa Santos dizia isso: as fronteiras dos Municípios são locais não onde as pessoas se encontram, mas onde as pessoas ficam de costas umas para as outras, olhando exclusivamente para dentro do seu Município.

Então, a titularidade municipal leva, quase que naturalmente, ao planejamento municipal. E o planejamento municipal, no caso do saneamento, é um desastre. Ela tem uma limitação histórica, cumpre um papel, mas é incapaz de ir adiante, no meu ponto de vista, a menos que você consiga ter arranjos mais amplos, arranjos regionais, metropolitanos, principalmente através da figura do consórcio a ser implantado.

A figura do consórcio, por sua vez, que pode ser a saída, não faz parte da cultura administrativa no Brasil. A cultura administrativa no Brasil é política: eu não vou fazer um consórcio com o prefeito do Município vizinho, que é de outro partido e que inclusive está estimulando a oposição para me derrubar. Em função disso, acaba não pensando do ponto de vista institucional, não constituindo mecanismos dessa maneira.

Nós estamos preparados. A Agência Nacional não executa, mas nós estamos preparados e temos feito esse diálogo com o Ministério das Cidades, com o Ministro da Saúde, porque a Funasa ainda não resolveu as suas questões de natureza administrativa, e estamos com o Ministro da Integração, no sentido de que a Ana possa ser, a partir do Atlas, que é esse instrumento – eu renovo, eu não tinha dito aqui o horário, às 18 horas, no Museu Nacional, dia 22, e convido a todos para estarem lá –, uma fábrica de projetos para esses Municípios no que tange a acessar os recursos públicos, porque hoje você tem recursos, mas não tem projeto. E aí o rabo corre atrás do cachorro, o cachorro



corre atrás do rabo e a gente não sai disso. Então, nós estamos preparados para essa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Inclusive, se me permite, com algumas condicionalidades em relação a tarifas. Ter tarifas mais realistas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Realistas.

Com relação ao Senador Pedro Taques, V. Ex^a faz duas observações de natureza conceitual. Eu fico olhando o relógio ali e o quanto demandaria essa questão da soberania e a questão da vocação brasileira do ponto de vista da sua atividade.

Eu queria dizer que V.Ex^a me estimulou pelas suas palavras também. Eu sou estatístico e virginiano, então se tem alguma coisa que eu nunca consegui aprender na vida foi Ter um vínculo mais forte com as questões mais poéticas e tudo mais.

Recentemente vi uma frase que envolve a questão do ciclo ideológico, e V. Ex^a mencionou que a água do planeta é finita, e é a mesma água durante milhões de anos, que diz, mais ou menos assim: quantos corpos cada molécula de água já não visitou durante a sua história, durante bilhões de anos? Então, não só é isso que V. Ex^a mencionou, de ser finita, mas ter uma dimensão de que nós, que somos compostos de 70% de água, os organismos vivos que em grande medida têm isso ou mais ainda de composição de água, quantas vezes o ciclo ideológico, essas moléculas não passaram, não visitaram corpos distintos?

E quando V. Ex^a fala do ouro azul, eu também vi uma outra frase dizendo o seguinte: muitas pessoas comparam a água ao ouro ou comparam a água ao petróleo. A humanidade viveu sem ouro em algumas etapas e sem petróleo, viverá sem ouro e sem petróleo no futuro, mas não viveu nunca sem água e não viverá sem água.



Na minha opinião, a resposta a essa questão, eu não tenho uma visão assim. Eu sou daqueles que tendem a ficar um pouco mais otimistas, precavido, mas otimista. A quantidade de água no planeta é muito grande, 70% do planeta é água. O problema é o acesso a essa água. Na minha opinião, a equação vai estar em função da equação água e energia. Então, dependendo de como isso se der, você vai ter um acesso maior ou menor à água.

Por exemplo, a questão da dessalinização que antigamente era inviável do ponto de vista do custo, hoje já se aproxima do custo do tratamento convencional de água doce. Porém, nem todo mundo mora na costa. Então, vai envolver também uma grande quantidade de energia para tratar e depois para levar para onde precisa. Eu acho que a equação vai caminhar na dimensão entre a disponibilização, a quantidade e a qualidade, principalmente a qualidade, e a questão energética.

Com relação à questão da vocação brasileira e da expansão das fronteiras, muito rapidamente, acredito que foi possível ampliar significativamente a agricultura irrigada no Brasil e melhorar tecnologias. Inclusive existe um espaço ainda grande para ampliar a produtividade sem exercer uma pressão maior sobre a fronteira agrícola.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O senhor me permite só uma interrupção?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – E a agricultura, essa forma a que o senhor fez referência e a contaminação do lençol freático com agrotóxico em razão desse tipo de atividade.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O senhor tem razão. Mas penso que o aumento da produtividade agrícola através da irrigação no Brasil... Segundo o Dr. Félix – que o senhor mencionou e que é especialista, já foi Secretário –, e sempre ouço a esse respeito, o Brasil é, entre os países



agrícolas, aquele que menos utiliza agricultura irrigada no planeta, muitas vezes, ainda, de forma ineficiente. Então, se ampliarmos a agricultura irrigada, através de políticas que estimulem o produtor a mudar, adotar ou mudar a tecnologia, podemos ampliar sem fazer uma pressão grande sobre isso.

Defendo também, em nível estratégico, já que é muito difícil fazer local, porque, quando tratamos localmente,... É difícil entender o que vou dizer, mas sinto a obrigação de aqui fazê-lo. Que o País fosse mais capaz de fazer pactos a respeito de opções que você venha a tomar e de fazer moratórias. Por exemplo, a cidade de Campinas tem sete sub-bacias. No passado, nunca foi feita nenhuma opção de qual sub-bacia poderia ser poupada do lançamento de dejetos e mantida íntegra e comprometer a outra. Moral da história: todas as sete ficaram contaminadas. No caso brasileiro, algumas regiões, inclusive as nascentes do Xingu, já têm uma ocupação humana muito significativa, em detrimento de outras regiões na Amazônia, que não têm. Do ponto de vista estratégico, precisaríamos, na nossa opinião, e é assim que os planos de recursos hídricos têm apresentado, essas possibilidades de *trade off*, de trocas, de você acentuar uma determinada vocação durante um período, para expandir naquela região. Em contrapartida, você não expandir em outras regiões, em função da sua característica, da sua fragilidade.

Vou citar um exemplo do setor elétrico, porque venho do setor elétrico. O setor elétrico no Brasil mete hidrelétrica em tudo que é rio. Depois que colocou uma, comprometeu. Poderíamos explorar as bacias hidrográficas de forma mais sistêmica, antes de partir para a próxima. Estou falando especificamente da questão da Amazônia. Falo sempre isto: como a malha da rede de transmissão faz com que o setor praticamente enxergue que o Brasil é uma única bacia hidrográfica, porque tanto faz que a energia que chega a Araraquara seja de Jirau – só para dar um exemplo – ou de Três Irmãos ou de Itaipu, que é próximo, o setor elétrico precisa de 500MW. Então ele vai, olha e



fala: “Bom, eu faço aqui neste rio e depois em outro”. É só um exemplo grosseiro, isso não existe na prática: “Mas eu preciso de 1.000MW”. Para o setor elétrico, ele põe 500MW no Amapá, 500MW no Rio Grande do Sul, e tem 1.000MW. Quando, na verdade, esses 500MW no Amapá – estou citando um exemplo – são apenas 10% do que você pode usar. Você poderia usar os outros 500MW no Amapá, antes de ir para o Rio Grande do Sul. Então, falta essa capacidade de planejar.

E eu acho que, na questão da agricultura, das moratórias, dizer “Bom, nós vamos expandir aqui, nós vamos fazer dessa maneira, mas as outras regiões serão poupadas, para que as gerações futuras decidam se querem ou não que seja feito”. A agricultura tem... Vou falar da parte negativa, mas acredito que a agricultura é um patrimônio nacional.

A agricultura tem contribuído também, sistematicamente, para o comprometimento da qualidade das águas no Brasil, seja através da utilização de agrotóxicos, seja através da utilização de fertilizantes, que vão diretamente para o manancial superficial ou para o subterrâneo. Tanto é assim – e não é só o esgoto doméstico – que, no Nordeste brasileiro, um dos principais problemas que existem não é mais o problema da quantidade de água, porque vários Estados – e uso novamente o Ceará – têm, inclusive, usado política de gestão em que a água está lá. A transposição do São Francisco – depois vou falar sobre ele –, inclusive, vai dar segurança hídrica. Porém, o que está afetando de maneira sistemática os reservatórios do Nordeste é a qualidade da água. Então, a salinização, a eutrofização, a produção de algas, algas tóxicas, isso compromete a disponibilidade da água para produção, seja para consumo, seja para qualquer tipo de utilização mais adequada.

O Senador Acir mencionou quais são os recursos técnicos disponíveis e como os produtores rurais não serão prejudicados.



Senador, essa é uma discussão também muito complexa. Fico à disposição do Senador, inclusive para ajudar no debate, porque a cobrança, se, por um lado, é positiva, cobra-se de todos os usuários. Ainda nem todos os usuários têm acesso àquele recurso. Por quê? Porque, por força de lei, por ser um recurso público, todos pagam, mas, depois, ele tem que ser aplicado como recurso público e, muitas vezes, o ente privado não tem acesso ao recurso que ele próprio pagou. Então, precisaríamos também de um ajuste na legislação brasileira, de forma que o recurso da cobrança pudesse ser destinado também ao usuário privado da bacia hidrográfica, de forma que ele possa receber os recursos.

E compatibilizar um pouco a destinação desses recursos, porque, o que tem acontecido? Muitas vezes, a gente cobra na bacia – venho da bacia do PCJ, um dos comitês também muito organizados –, ou seja, cobra-se na bacia e, depois, quando você vai executar as obras, acaba executando aquelas obras que, por natureza, são obrigação das empresas, para elas executarem.

Então, na verdade, não há ganho ambiental significativo. Vou dar um exemplo: a empresa de saneamento paga a cobrança, mas, depois, retiram o recurso da cobrança para fazer uma estação de tratamento de esgoto que é da competência dela executar. Inclusive, está na tarifa.

Então, os usuários, no comitê de bacia, poderiam utilizar esse recursos para políticas de incentivo, como pagamento de serviços ambientais, e estimular o produtor rural a manter sua reserva adequadamente – no nosso caso, a APP, não está tratando de reserva legal, apesar de ter usado o termo. Para quê? Para que ele melhore a quantidade da água e tenha alguma remuneração em função daquela preservação, e ele não seja instado a agir.

Com relação ao São Francisco, eu só queria dizer que a revitalização é meta importante. As ações foram executadas de forma precária, Senador Aloysio, com relação à revitalização. Tive oportunidade, como



Secretário do Meio Ambiente... Formalmente, o Ministério do Meio Ambiente é tido como o Ministério que coordena a revitalização do São Francisco. Porém, os recursos do Ministério são muito pequeninhos. A grande quantidade de recursos da revitalização está nos ministérios executores, principalmente no MI. E, no período atual, grande parte desses recursos foi para saneamento. Muitas vezes, os usuários da bacia não veem saneamento como revitalização, mas posso garantir que, se for considerado o saneamento como revitalização, os recursos aplicados na bacia do São Francisco são equivalentes ou superiores ao valor da transposição. Agora, posso assegurar também que faltam muito mais recursos.

Muito obrigado pela oportunidade. Desculpem-me se cansei, mas tentei percorrer todas as questões que foram levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Vicente Andreu, pelas suas colocações.

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs Senadores se têm algum questionamento mais a fazer.

Então, passo a palavra à Senadora Marisa Serrano, Presidente da CMA.

A SR^a MARISA SERRANO(Bloco/PSDB – MS) – Bem, como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas e membro da CMA, Comissão de Meio Ambiente e membro da CMA, Comissão de Meio Ambiente. Quero agradecer aqui a presença da Ana Paula, dizer que foi um vídeo muito interessante e instigante, porque deu a ideia de que as ONGs também estão participando ativamente do processo.

Cumprimentar o Dr. Vicente Andreu e dizer da alegria de tê-lo mais uma vez aqui. Seja sempre bem-vindo. V. S^a hoje colocou vários aspectos que vão oportunizar aos Senadores poderem trabalhar em outras questões também



decorrentes de sua fala e poderão ampliar também o trabalho parlamentar de todos nós.

Queremos agradecer muito a presença e dizer que fiquei instigada a dar uma discutida sobre a questão das pequenas PCHs, que estão por aí afora abrindo todas as bacias em todos os rios sem nenhum controle, porque nunca ouvi falar no meu Estado, em que estão “purulando” as PCHs, se há algum planejamento feito anteriormente a que elas se instalem nos nossos rios. Portanto, já vou começar a trabalhar nessa ótica também.

Agradeço muito sua presença e dizer que é sempre bom a gente poder discutir essas questões que melhoram o nosso relacionamento mas, principalmente, dá-nos oportunidade de melhorar o trabalho que todos nós fazemos em prol do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço a presença dos Senadores e das Senadoras nessa audiência pública em conjunto da Comissão de Agricultura e da Comissão de Meio Ambiente. Assim que nós gostaríamos de conduzir os nossos trabalhos nesses próximos anos, Senadora, sempre em parceria, porque entendemos que a produção tem que caminhar junto com o meio ambiente.

Agradeço a presença do Sr. Irineu Rodrigues, representante da Embrapa; Dr. Gotardo Machado de Souza Júnior, Assessor de Programas da Conab; Dr. Antônio Félix Domingues, Coordenador de Articulação e Comunicação da ANA; Dr. José Silvério da Silva, Chefe de Divisão da Agricultura Irrigada no MAPA; Dr. Horácio Figueiredo, chefe de gabinete da ANA. E agradeço mais uma vez à Dr^a Ana Paulo, que trouxe aqui um vídeo muito importante, mostrou a realidade brasileira e nos alimenta de informações para que nós possamos continuar sendo – e aí eu me coloco também da mesma forma, Dr. Vicente Andreu – como um defensor das águas. Tenho certeza de



que as suas colocações foram esclarecedoras e nos estimulam a sermos cada vez mais defensores das águas do planeta.

Agradeço a sua presença aqui conosco e coloco a Comissão de Agricultura à disposição naquilo em que nós pudermos ser úteis para contribuirmos para essa questão tão importante, que são as águas.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a reunião às 10 h 43 min.)